

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E OITO**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e oito, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, referente ao ano de 200;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Autorização de Lançamento de uma Derrama, para o ano de 2009, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2008;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de aprovação do Projecto de Regulamento de Venda ou Cedência de Imóveis, propriedade do Município;* -----

-----**SEIS** – *Pedido de aprovação da Proposta de Alteração à Estrutura orgânica, Regulamento e Mapa de Pessoal do Município.* -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Srs. Deputados: Joaquim Manuel da Silva Grácio e Fernanda Salomé Monteiro Vilela. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de Junho de dois mil e oito e abre Período de Inscrições. Não havendo Inscrições, a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por maioria com 25 votos a favor e 03 abstenções. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** faz Declaração de Voto relativamente à Acta em discussão, pois não esteve presente na anterior Sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY** faz Declaração de Voto relativamente à Acta em discussão, pois não esteve presente na anterior Sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** comunica que não há correspondência e dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: ----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Solicita a todos os Srs. Deputados um Voto de Pesar pelo falecimento do filho do Sr. Deputado Francisco Alfredo Maximino Pereira da Veiga, o funcionário do Município Manuel José Catarro da Veiga, pedindo a todos, em memória da vida e do convívio que todos tiveram com ele, que façam um minuto de silêncio. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Usa da palavra para tecer alguns comentários a duas notícias que leu no Jornal “A Voz de Trás os Montes”, referentes ao Concelho de Alijó e que de alguma forma estão ligadas à actividade Municipal. Relativamente à primeira, manifesta o seu apoio e apreço ao apoio que no referido Jornal constava que a Câmara Municipal vai dar, sob diversas formas, nomeadamente pela concessão de um terreno para a construção de um edifício onde serão alojadas e recebidas crianças portadoras de deficiência. Felicita o Sr. Presidente da Câmara por prestar esta atitude, pois parece-lhe que é um equipamento que fazia falta no Concelho de Alijó, uma vez que há muitas crianças portadoras de deficiência. Esta é uma boa medida, algo que vem enriquecer e dar resposta às necessidades de um segmento da população, ou seja, as crianças deficientes. Indica ainda que pelo que leu no Jornal, o edifício será construído nos terrenos da antiga “Quinta dos Castros”, localização que considera boa. A segunda notícia centra-se igualmente numa notícia sobre a instalação do Infantário em Sanfins do Douro. Afirma que ficou perplexo com a notícia porque em 1985, foi construído em Sanfins do Douro um edifício onde foi instalado um infantário com capacidade para cerca de 45 a 50 crianças. Relativamente à construção

do edifício, naquela data, era dos mais modernos que havia no país, em termos de materiais de construção. A Câmara Municipal construiu um edifício, o qual entregou à exploração de uma Associação. Lembra ainda que o mesmo cumpria em pleno as necessidades deste tipo de ensino. Na referida notícia leu que com o apoio da Câmara Municipal vai ser recuperado um edifício escolar, onde vai ser instalado um infantário. Nada tem a acrescentar relativamente à recuperação do edifício, no entanto o mesmo já não se passa com a criação de mais um infantário que vai fazer concorrência a um outro infantário, que em 1985 dava satisfação plena ao apoio à primeira infância. Manifesta a sua admiração, pois entende que a Câmara Municipal está a fazer concorrência a si própria e que o Governo através do Ministério da Educação vá fazer concorrência a si próprio porque está a apoiar fortemente os infantários das instituições de solidariedade social. Indica ainda que lhe transmitiram uma informação, a qual não comenta sobre a sua veracidade, em como o infantário da Associação tem apenas cinco crianças matriculadas e sete funcionários. Isto torna insustentável esta Associação, conduzindo a um provável encerramento e conseqüente desemprego dos funcionários. Finaliza afirmando que a ser verdade esta informação, a instalação de um infantário nestas condições, é uma medida negativa, deixando também um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, que reconsidere esta situação e evite um conflito dentro da mesma Freguesia. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Indica que leu uma notícia no “Jornal Notícias”: “Estrada junto à Barragem do Tua para turismo. Alijó – Câmara propôs à EDP criação de um corredor rodoviário que permite usufruir de um lençol de água”. Congratula-se com esta situação mas lamenta que tal facto seja já público, que a Barragem vai ser construída e até ao presente momento a Junta de Freguesia do Amieiro não tem sido ouvida para qualquer tipo de posição que a Câmara Municipal tome. Indica ainda que, sendo a Junta de Freguesia do Amieiro ribeirinha, deveria ser ouvida sobre o assunto. Relativamente ao que a Câmara Municipal pede, informa que no dia 29 de Maio de 2006 fizeram um ofício à CEDRU (Centro de Estudos, Desenvolvimento Regional e Urbano), com conhecimento da Câmara Municipal, onde o que a Câmara vem reivindicando como ideias suas, a Junta de Freguesia do Amieiro já tinha apresentado como proposta. Finaliza afirmando que se fossem mais vezes ouvidos, teriam também mais propostas a fazer. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Congratula-se com o evento que decorreu no terceiro fim-de-semana de Julho, a Feira dos Vinhos no Pinhão, a qual pensa que terá sido um sucesso. Agradece o apoio da Câmara Municipal que foi fundamental para que o mesmo fosse possível, principalmente ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, na figura da Sra. Eng. Fátima Barros que prestou total apoio. Indica que ficou provado que é um evento a continuar e repetir bienalmente, como inicialmente previam e espera que venha a acontecer. Felicita a Câmara Municipal, em nome da Junta de Freguesia do Pinhão, pelo alargamento da estrada entre Pinhão, Casal de Loivos, etc, obra solicitada há já alguns anos. È uma estrada camarária, com muitas curvas, pouca visibilidade, bastante frequentada nomeadamente por autocarros e que finalmente está a ser alargada. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara todo o seu empenho no *pressing* que fez junto de IPTM (Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos) relativamente às obras do cais do Pinhão, assunto focado na última Assembleia Municipal. Esclarece que as mesmas pertencem ao IPTM e foram necessárias para garantir a segurança do cais. O IPTM teve que esburacar o cais fora do tempo, mas como a segurança é essencial e prioritária, tiveram que executar as obras, colocando-o em condições menos próprias para utilização, no entanto com a ajuda da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, pressionaram o IPTM para que decorressem no menor espaço de tempo possível. -----

-----**DEPUTADO FILOMENA NOGUEIRA:** Felicita o Sr. Presidente da Câmara e toda a sua equipa pelas obras que foram feitas e recentemente inauguradas em Alijó, uma vez que as considera uma mais valia para o Concelho de Alijó, especialmente a obra do Centro de Saúde. Informa que ao ler a informação enviada com os documentos, verificou que finalmente foi aberto concurso para o pavimento no Alto do Pópulo, o que muito lhe agrada, pois é uma zona estratégica do Concelho de Alijó, sendo a entrada Norte do Concelho e tem estado um pouco votada ao abandono. Deseja que o empreiteiro rapidamente comece as obras de pavimentação naquela zona, para que fique bonita e dignifique o Concelho. Para que o Sr. Presidente da Câmara seja mais dignificado por quem entra no Concelho, para que a Junta de Freguesia seja igualmente dignificada, torna-se necessária a referida pavimentação. Refere ainda as estradas municipais da sua Freguesia, lembrando que tem quatro onde o asfalto já era estreito, está a ficar cada vez mais estreito porque não procedem à limpeza das bermas. Indica não ter conhecimento da existência de um calendário para o pessoal da

Câmara fazer este tipo de limpeza, pois na sua Freguesia não tem passado ninguém para esse efeito. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara o favor de pelo menos mandar limpar as bermas da estrada municipal de Cal de Bois, uma vez que é estreita e tem originado alguns acidentes. Refere ainda a Casa Mortuária de Vale de Cunho, obra que acordaram em substituir uma das escolas existentes por tal obra. Tal como o Sr. Deputado Aníbal Ferreira, dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo facto da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Mental de Vila Real / Sabrosa construir em Alijó um lar para deficientes mentais. Indica que esta obra é de louvar pois são os deficientes e seus familiares que precisam de mais apoio, pois há alguns na sua Freguesia e sabe o quanto custam a suportar aos seus familiares. Aproveita ainda para focar um deficiente mental de Cal de Bois, o Licínio, o qual deveria ter acesso a ajuda porque a família tem dificuldades em comprar todas as fraldas que ele necessita. Indica que gostava que a Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades lhe oferecesse algumas fraldas, dados os fracos recursos económicos da família. Finaliza enviando um abraço ao seu amigo e Deputado Sr. Alfredo Veiga pois é veterana em saber o que o mesmo está a sentir. “Sofrer é uma arte, sendo a mais importante e difícil de todas as artes”. --

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Coloca uma questão relativamente aos contentores dos lixos volumosos, sendo verdade que os mesmos vieram resolver muitos problemas no que diz respeito aos lixos espalhados pelo Concelho. Na sua Freguesia, as pessoas através da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, foram sendo sensibilizadas para a questão dos lixos, os quais têm sido depositados nos respectivos contentores. No entanto existe uma questão pertinente relacionada com a empresa SUMA, propondo ao Sr. Presidente da Câmara rever o contrato feito com a referida empresa, para fazer o levantamento dos lixos três ou quatro vezes por mês, porque as pessoas estão sensibilizadas para esta matéria e depositam cada vez mais lixos nos contentores. Desta forma, seria importante que a empresa fizesse um levantamento dos mesmos de forma menos espaçada para que não se verifique lixo no chão, junto aos contentores. Pretende ainda sensibilizar o Sr. Presidente da Câmara para uma obra de extrema importância para a Freguesia de Vilar de Maçada, a qual foi assumida pela Câmara Municipal em 2007 e ainda não se pode realizar, trata-se da Casa Mortuária da Freguesia de Vilar de Maçada. Não pretende condenar a Câmara por ainda não ter sido realizada, no entanto esta é uma obra muito importante, tendo já a Junta de Freguesia mandado executar um

projecto, o qual está orçamentado e com uma localização específica. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que juntamente com a Junta de Freguesia avancem com esta obra que muito orgulharia quer a Câmara Municipal, quer a Junta de Freguesia. A título de exemplo comunica uma situação que se verificou em Vilar de Maçada, tendo falecido em Lisboa uma pessoa num domingo e veio para ser enterrada no cemitério de Vilar de Maçada, ficando colocada na igreja, onde decorria a missa e dois baptizados. Finaliza afirmando que as pessoas da sua Freguesia ficariam muito gratas pela obra e todos ficariam a ganhar. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Dá os parabéns pelas obras que têm sido executadas e inauguradas ultimamente em Alijó, “que o mesmo será dizer no Concelho de Alijó”. Refere a título de exemplo as obras mais recentes tal como o Centro de Saúde, a Pousada da Juventude, o Campo de Futebol, a Variante de Favaios e a respectiva Aldeia Vinhateira. Todo este conjunto de obras veio enriquecer o Concelho de Alijó. Tal como referencia algumas notícias nos jornais, há ainda a cedência de terrenos, todo o apoio e empenhamento que de algum tempo a esta parte vem a ser prestado pela Câmara Municipal, na presença do Sr. Presidente da Câmara para com a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais), a qual fazia muita falta ao Concelho. Indica que também tem um jovem deficiente na sua Freguesia e esta Associação fazia muita falta, sendo de louvar que o Executivo não esteja só virado para as coisas físicas, mas tenha também a sensibilidade humana, assim como também ficou sensibilizado com a escola pré – primária de Sanfins do Douro, a qual apoia profundamente. Indica ainda que não é pelo facto de existir uma que não podem instalar outra, desde que haja crianças para o efeito, porque a concorrência é saudável e os pais irão optar pela que prestar melhores serviços. Acredita que a Câmara Municipal, quando optou por instalar outra infra-estrutura, foi com a convicção que irá prestar um bom serviço, merecendo assim os seus parabéns, pois é irá melhorar o serviço a ambas e não para desempregar ninguém, mas antes para empregar. Dá o exemplo de Murça que atribui um prémio para que as crianças e os pais se fixem no Concelho. Prestando bons serviços, será uma boa medida para que as crianças cresçam bem no Concelho de Alijó. Para além de todas as infra-estruturas que enumerou, o Concelho não pára e continua a trabalhar, focando o nó que vai dar acesso à Barragem, a Presandães, a Sanfins do Douro, sendo mais uma obra estruturante que vai

enriquecer e criar condições para que as pessoas se fixem no Concelho. Foca ainda o IC5 que vai a concurso muito brevemente, constituindo mais uma obra para o Concelho. Dá os parabéns por todo este esforço pois também tem já conhecimento que a obra estruturante que vai desencravar o Concelho e o vai projectar para a senda Regional e até Nacional, o Aeródromo, já foi aprovado por todos os Concelhos da Associação Nacional de Municípios do vale do Douro Norte, constituindo mais um “passo gigante” para que o Concelho de Alijó consiga sair do ponto onde está. Indica que só o conseguiram com a força, a determinação e o querer do Sr. Presidente da Câmara, de algum tempo a esta parte, porque nunca desistiu de trabalhar na vertente do Aeródromo, que irá encher o Concelho de Turistas e contribuir para o enriquecimento deste Concelho. Dá os parabéns ao Executivo da Câmara e da Junta de Freguesia do Pinhão, pela realização da Feira dos Vinhos, afirmando que as coisas se fazem quando “as pessoas dão as mãos e puxam todos para o mesmo lado”. Desta forma, este é o exemplo de que os dois trabalharam no sentido de uma Feira que muito os orgulhou e onde teve o prazer de estar presente. Relativamente às obras, indica que o Sr. Presidente da Câmara sendo justo como é, não se vai esquecer de Vila Chã, apesar de ter visto todos os concursos que foram abertos e não constar nada para a sua Freguesia. Deseja que o Executivo continue a trabalhar desta forma. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à intervenção dos Srs. Deputados que referiram a obra em parceria com a APPACDM de Sabrosa a realizar no Concelho de Alijó, indica que surgiu esta oportunidade no âmbito das candidaturas ao PARES, programa lançado pelo actual Governo para o reequipamento na área social. Esclarece que o Concelho de Alijó fazia o transporte de muitos deficientes para Sabrosa, tendo sempre mantido conversação com a APPACDM para terem em Alijó um núcleo com um duplo objectivo: benéfico para o Concelho porque não há deslocação dos deficientes e estão mais perto das famílias; por outro lado é igualmente importante para que a própria instituição, sendo uma forma desta crescer. É ainda importante para o Concelho porque disponibilizam os terrenos para este fim muito nobre, sendo ainda uma situação que vai criar emprego qualificado nesta área. No que diz respeito ao infantário de Sanfins do Douro esclarece

que se trata de uma oferta do pré – escolar público, que não existia em Sanfins do Douro. Esta foi uma proposta do Governo, do Ministério da Educação e numa altura em que se verifica não apenas no Concelho de Alijó como no resto do País, em que as propostas são mais para fechar do que para abrir; numa altura que se verifica uma fortíssima aposta no alargamento da rede pré – escolar pública, universal e gratuita, não podiam fechar esta “porta” porque quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista dos seus princípios e valores, pois defende que o Estado deve intervir sempre que é necessário. Não podem condenar as crianças de Sanfins do Douro a terem que frequentar um pré – escolar de uma IPSS particular cooperativo, que não é gratuito, em universal, não lhe oferecendo a possibilidade de terem uma infra – estrutura gratuita. Informa que quando esta situação lhes foi colocada, aceitaram conscientemente o desafio. Refere ainda que não significa qualquer atitude concorrencial ou de menos apoio à própria instituição de Sanfins do Douro que até à presente data teve exclusividade da oferta pré – escolar na Freguesia de Sanfins. Indica ainda que tal como é do conhecimento da maioria dos Srs. Deputado, a referida Instituição tinha uma candidatura ao programa “PARES”, a qual tinha um problema pois a candidatura formulada não cabia no seu próprio terreno e com a ajuda da Junta de Freguesia, que disponibilizou os terrenos, e da Câmara Municipal ultrapassaram essa situação junto do Governo. Desta forma conseguiu que o referido projecto fosse viabilizado. Este projecto visa um Centro de Noite em Sanfins do Douro, criando emprego porque é o nível etário que mais existe no Concelho de Alijó, verificando-se uma enorme procura, não havendo oferta pública em quantidade suficiente. Refere ainda que em Favaios também existe uma oferta particular e cooperativa assim como uma oferta pública na área do pré – escolar, o que não implica o fecho de qualquer uma das outras ofertas. Dá ainda o exemplo de Alijó que tem oferta pública e oferta particular e cooperativa, tal como Vilar de Maçada e outros casos, dentro e fora do Concelho de Alijó. Tem que haver colaboração aberta, frontal e sã como sempre tiveram com a referida IPSS, assim como com todas as IPSS’s do Concelho. Esclarece que com a IPSS de Sanfins do Douro estão particularmente à vontade porque até recentemente tiveram esta atitude que foi reconhecida pelo próprio Director da Segurança Social, levando lá o Sr. Ministro Vieira da Silva, que tutela a área do trabalho e solidariedade social, com o objectivo de lançar a primeira pedra dessa mesma infra – estrutura e tornar o processo absolutamente irreversível. O

dinamismo, a competência técnica e directiva da associação de Sanfins do Douro, vai encarar esta oferta pública como um desafio acrescido para que a oferta particular e cooperativa, que vai continuar a existir na Freguesia de Sanfins do Douro, dê uma oferta diferente da oferta pública, para públicos diferentes. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Manuel Carvalho, no que concerne à Barragem do Tua, relembra a todos os Srs. Deputados que quando pela primeira vez foi colocada a questão desta Barragem, solicitaram à EDP uma reunião no espaço da Assembleia Municipal, para ouvir todas as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, relativamente aos seus anseios e o que cada Freguesia pretendia ver defendido quando este investimento fosse realizado. Relembra ainda aos Srs. Presidentes de Junta que nessa altura foi distribuído a todos, um primeiro esboço pelo Grupo CEDRU, daquilo que seriam as hipotéticas contrapartidas para este mesmo território. Desde essa data, as reuniões que existiram com a EDP foram das cinco Câmaras (Alijó, Vila Flor, Murça, Mirandela e Carrazeda de Ansiães) no sentido de encontrar um estudo que defenda as populações dos respectivos Concelhos e faça com que o investimento possa também ter efeitos positivos para os que cá habitam e não apenas efeitos ao nível do aproveitamento hidroeléctrico para a totalidade do País. Lembra ainda que encomendaram um estudo a uma empresa especializada na matéria (Quartenair) para ajudar na procura dessa soluções. O importante é que as ideias sejam boas e existam para que possam afirmar cada vez mais o Concelho de Alijó no contexto regional e nacional e para os que habitam no Concelho possam sair beneficiados e não prejudicados. Indica que esta situação está a ser tratada pelas Autarquias com a empresa e com a EDP, afirmando que relativamente a esta matéria, vão ter uma próxima reunião dia 06 de Outubro em Alijó. Acrescenta ainda que os Autarcas das cinco Câmaras estão em perfeita sintonia relativamente à estratégia a adoptar, a qual consiste em melhorar a qualidade de vida das populações do vale do Tua, aproveitando esta oportunidade para o exigir, com ou sem Barragem. Pretendem ainda que o estudo que mandaram elaborar possa servir de alavanca e de âncora a essas exigências e têm a certeza que a EDP também se vai munir de estudos e pareceres técnicos mais aprofundados para tentar fazer valer as suas teses. Esclarece ainda que o objectivo deste consiste em fazer valer as teses que defendem assim como defender todas as populações dos respectivos Concelhos. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Pedro Perry, indica que o sucesso da

Feira do Pinhão, assim como o sucesso da negociação com o IPTM nas obras do cais do Pinhão, resultou da parceria, trabalho de equipa, fazendo parte da solução e não do problema. Afirma ainda que todos os Srs. Presidentes de Junta que têm trabalhado desta forma com a Câmara têm resolvido os seus problemas. No que diz respeito ao alargamento da estrada Pinhão – Casal de Loivos, esclarece que foi solicitado por vários Srs. Presidentes de Junta e é uma absoluta necessidade não apenas para a segurança dos jovens, em termos das suas deslocações desnecessárias para a escola, desde o pré – escolar ao secundário, mas também absolutamente determinante do ponto de vista turístico, na medida em que os próprios turistas tinham receio de passar, tendo em conta a estreiteza da mesma e os precipícios que a acompanhavam. No que diz respeito às obras realizadas no Concelho, para além das obras visíveis como a Pousada da Juventude, o Centro de Dia, Unidade de Cuidados Continuados que será inaugurado no mês de Outubro com a presença de Sua Ex.^a o Sr. Primeiro – Ministro, o Centro de Saúde, as Variantes, os IC's, que só foram possíveis porque neste caso concreto, o que se aplica na relação Câmara – Juntas de Freguesia, tem que se aplicar na relação Câmara – Governo, para assim surgirem as obras. Deixa um público agradecimento perante a Assembleia Municipal pois sem esta parceria e sem a união de esforços, não teria sido possível o que realizaram até ao presente momento. Salienta ainda um conjunto de obras que não se vêm mas não menos importantes que as enumeradas, sendo as obras nas infra – estruturas do saneamento básico, realizadas com a ajuda de fundos comunitários, de candidaturas, conseguindo cobrir praticamente todo o Concelho, onde as Águas de Trás os Montes e Alto Douro não chegaram. Fizeram uma candidatura que ultrapassou os setecentos mil contos para poderem ter estas obras de saneamento básico, fundamentais não apenas em termos de ambiente, mas também em termos de turismo. Informa que acabaram de assinar o contrato de financiamento do novo Centro Escolar Integrado de Alijó que engloba as valências do pré – escolar e do primeiro ciclo, sendo lançado brevemente o respectivo concurso. Refere ainda o Aeródromo Municipal de Alijó, o qual é muito importante para Alijó e para a Região, obra inicialmente sonhada e pensada pelo Dr. Aníbal Ferreira, quando foi Presidente da Câmara e após um esforço continuado de sete anos de luta, podem afirmar que foi vencida a primeira grande etapa que consiste na aprovação, por unanimidade, na Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, do Plano Director Municipal

do Aeródromo da Chã, que rapidamente querem que se transforme no Aeródromo do Vale do Douro e numa fase futura se possa transformar, de acordo com a oferta e a procura, no Aeroporto Regional do Vale do Douro. Informa que tem o estudo da evolução do processo, têm o estudo de impacto ambiental e vão avançar de forma absolutamente determinada para este projecto que está dividido em três fases, cujo o projecto foi mostrados aos Srs. Deputados na sala de reuniões. Refere ainda uma outra candidatura de importância capital para todos, apresentada publicamente no Teatro Auditório Municipal e à qual foi dado o devido relevo na comunicação social, contando com a presença do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Dr. Ascenso Simões, que se consubstancia numa candidatura conjunta de Câmaras de Portugal, França e Espanha para o aproveitamento e racionalização dos recursos florestais. Tal como foi dito na apresentação deste projecto, se no Sul o grande recurso é a vinha, no Norte o grande recurso é a floresta. Desta forma pretendem dar rentabilidade económica à floresta e à vinha para defesa do pequeno e médio produtor e do pequeno e médio agricultor do Concelho de Alijó. Esclarece que esta candidatura visa não apenas aproveitar a madeira, mas também um sub produto, a resina e seria muito importante para todos o sucesso desta candidatura porque iria permitir o ordenamento florestal da zona Norte do Concelho de forma mais acelerada, contribuindo ao mesmo tempo para duas coisas: promover o desenvolvimento económico das populações e ainda combater e evitar os incêndios. Informa ainda que este projecto envolve a parceria entre três Câmaras Portuguesas: Alijó, Mação e Ourém, uma Câmara e uma Associação de Câmaras Espanholas, assim como um conjunto de outras Associações Francesas. Têm também associados a este projecto, a Aflodouro Norte e a Geoterra, visando ainda informatizar em termos de sistema geográfico, todo o território para posteriormente a informação ser aproveitada não apenas para efeitos de floresta e aproveitamento deste recurso, mas também para a caça, pesca e PDM. Relativamente às Casas Mortuárias, foi um projecto que esteve no Plano de Actividades Municipal previsto pelo Município. Lembra ter afirmado no ano transacto que por estarem no fecho de um Quadro Comunitário de Apoio e no lançamento de novas candidaturas, seria complicado disponibilizar as verbas para todas as Casas Mortuárias. Reafirma que têm situações diferentes em todas elas, no entanto pretendem concretiza-las a todas, tendo que ser feito numa parceria entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. No caso concreto da Junta de Freguesia do

Pópulo, enviaram os funcionários da Câmara para aquela escola porque não pertence ao Património da DREN, foi uma escola feita pela Autarquia, podendo imediatamente intervir na mesma. No entanto se os funcionários foram e saíram, foi porque aconteceu alguma situação que justificou a sua saída, estando no entanto disponível para em conjunto continuar a procurar a solução para este problema de forma a que o objectivo seja atingido. Esclarece ainda que se estão a ter dificuldades, vai averiguar junto do Sr. Eng.º Jorge Gonçalves que tipo de dificuldades existem, podendo reequacionar a estratégia. Relativamente à Casa Mortuária de Vilar de Maçada, assim como outras Casas Mortuárias reivindicadas por outros Srs. Presidentes de Junta, indica que a situação é diferente porque a intervenção não é desta natureza, mas também foi articulada com o Sr. Presidente de Junta. Indica ainda que o projecto será para lançar no mais curto espaço de tempo possível e se não for possível inicia-lo antes, será possível prevê-lo no Plano de Actividades do próximo ano. A situação do Sr. Presidente de Junta de Vilar de Maçada é diferente porque não se trata de um mero arranjo de um edifício já existente, tratando-se então de uma obra de maior exigência. No que diz respeito à limpeza das bermas das Estradas Municipais, relembra que nos protocolos que assinaram com as Juntas de Freguesia, essa competência (Estradas Municipais) foi transferida para as Juntas de Freguesia, na delegação de competências, mas estão sempre disponíveis porque o objectivo é sempre o mesmo: em conjunto resolver os problemas. Indica assim que estão disponíveis para com a Sra. Presidente de Junta averiguar qual a melhor forma de resolver esta questão. No que diz respeito aos contentores, refere que já fizeram um grande esforço ao colocar os mesmos, porque implica um grande esforço financeiro e um aumento significativo na factura mensal, no entanto concorda que os mesmos têm que ser limpos com maior frequência. O facto de esta situação se verificar, é a prova do sucesso desta iniciativa e o melhor elogio que podiam fazer, foi o que o Sr. Deputado referiu: “eles são rapidamente cheios”, significando que foram de encontro a uma necessidade do Concelho. A frequência com que os mesmos são limpos, tem a ver com a capacidade de resposta da empresa e estão a negociar um novo contrato de concessão, tentando com esta ou com outra empresa, negociar novo contrato de concessão de uma forma mais célere, mais rápida e menos onerosa para cada Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que aquando de sua primeira intervenção se esqueceu de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara em que situação se encontra a candidatura da Zona Industrial do Alto do Pópulo, porque à semelhança de outras, também a considera estruturante para o Concelho de Alijó. Relativamente à competência que o Sr. Presidente diz atribuir, da limpeza das bermas, questiona como pode executar essa mesma competência se até à presente data ainda não recebeu qualquer quantia relativa ao corrente ano. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos e apresentar o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos “Exposição do Senhor Presidente da Câmara”*-----

-----O **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:**

Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Junho de 2008 (segunda quinzena), Julho, Agosto e início de Setembro de 2008. **1 –**

Situação Financeira da Autarquia: Até à data da presente informação, a Câmara Municipal de Alijó tem em dívida sensivelmente €9.500.000,00. Só a dívida de investimento representa cerca de 84%, está reflectida nesta percentagem o valor correspondente às dívidas de obras participadas por fundos comunitários, 16% corresponde a dívida a fornecedores conta corrente, que ascende aproximadamente a €1.550.000,00. Os planos de pagamento efectuados a empreiteiros têm sido cumpridos na sua totalidade. Os empreiteiros que recorreram a operações financeiras de Factoring, têm até ao momento a dívida liquidada de acordo com os planos de factoring estabelecidos entre as partes. Relativamente aos encargos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. **2 – Actividade do**

Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços: Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo

autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:**

a – Actividade cultural

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Junho	0	39
Julho	5	175
Agosto	1	87
Setembro	0	38

Auditório Municipal: Acções Pagas

Estatísticas

Julho

Cinema	Donkei Xote	54
Cinema	Indiana Jones	165

Agosto

Coro	Laudate	133
------	---------	-----

Setembro

Cinema	Sexo e a Cidade	145
Cinema	O Cavaleiro Negro	178

Acções Gratuitas

Estatísticas

Julho

Apresentação	Adega Cooperativa de Faviãos	100
--------------	------------------------------	-----

Setembro

Jornadas	“Sust-Forest”	100
----------	---------------	-----

Espaço Internet: Junho: 1827 utilizadores, Média de idades: 19,7; Julho: 821 utilizadores* Média de idades: 22,2; Agosto: 1358 utilizadores, Média de idades: 21,9; Setembro: 980 utilizadores, Média de idades: 21,4, (* espaço encerrado de 21 a 29 de Julho para manutenção).

b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo, Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Danças Latinas e Hip-hop dirigidas a todas as faixas etárias e para todos os amantes da dança e do movimento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins.

Entradas no Complexo para utilização da Piscina: Junho

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	278
Escolas 1º ciclo	449
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	54
Lazer	199
Aeróbica	48
Hidroginástica	151
Clube de Natação Alijó	302
Boccia	36
Danças Latinas	34
Hip-Hop	14

Danças (Ballet)	39
TOTAL	Entradas 1604

Verão

	Nº de Entradas
JULHO	5497
AGOSTO	7032
SETEMBRO	475
TOTAL – (Verão)	Entradas 13004

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Junho

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	5247
EFDM	216
A. Marciais	168
Patinagem	64
Hóquei em Patins	80
Basquetebol	120
Futsal	350
TOTAL	Entradas 6245

Julho

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	-----
EFDM	-----
A. Marciais	-----
Patinagem	32
Hóquei em Patins	40
Basquetebol	120
Futsal	275
TOTAL	Entradas 467

Agosto

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	-----
EFDM	-----
A. Marciais	-----
Patinagem	-----
Hóquei em Patins	-----
Basquetebol	120
Futsal	160
TOTAL	Entradas 280

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica. Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentado resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	JUNHO	JULHO	AGOSTO
CARLÃO	550	620	450
PINHÃO	838	750	655

SANFINS DO DOURO	903	1186	471
VILAR DE MAÇADA	682	0*	0*

* A funcionária encontra-se de baixa, por gravidez de risco.

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Junho: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de doze portugueses, um belga, dois dinamarqueses, nove ingleses, quatro brasileiros, dois finlandeses, quatro franceses, dois holandeses e um emigrante; Prestação de informação turística documental a entidades várias; Continuação do Curso de Pintura a Óleo; Acolhimento de estagiária aluna da Escola Profissional de Ansiães – Curso de Animação Turística. Julho: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de – trinta e um portugueses, quatro alemães, cinco dinamarqueses, seis ingleses, três brasileiros, um norte-americano, dezoito franceses, dois holandeses, sete espanhóis, quatro suecos e sete emigrantes; Prestação de informação turística documental a entidades várias; Continuação do Curso de Pintura a Óleo; Acolhimento de estagiária aluna da Escola Profissional de Ansiães – Curso de Animação Turística; Acolhimento do passeio anual de Cicloturismo; Organização do dia destinado ao Concelho de Alijó, do Festival Internacional de Folclore “ O Cantaréu”. Agosto: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de duzentos e nove portugueses, dois alemães, três italianos, cinco ingleses, dois brasileiros, três norte-americanos, quarenta franceses, um belga, doze espanhóis, quatro holandeses, um guatemalteco, dois lituanos, um polaco e vinte e oito emigrantes; Prestação de informação turística documental a entidades várias. Setembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de cinquenta e três portugueses, um alemães, dez ingleses, nove franceses, quatro belga, três espanhóis, oito holandeses, três irlandeses, dois suíços, dois suecos, um canadiano, dois lituanos, dois norte-americanos e dois emigrantes; Prestação de informação turística documental a entidades várias. **Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de rupturas de água; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical no concelho; * Trabalhos vários em diversos infantários; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de estradas, caminhos e aterros; * Arranjo de caminhos e passeios; * Limpeza de depósitos; * Trabalhos vários no edifício da Biblioteca Municipal; * Limpeza de jardins; * Limpeza da fachada em granito da Casa da Cultura de Carvalho; * Montagem e desmontagem de palcos e barracas; * Colocação de tampas de saneamento; * Trabalhos vários no Estádio Delfim Magalhães; * Reparação de bombas de água; * Demolição de casa em ruínas e remoção do entulho no Pinhão; * Corte de mato e limpeza de valetas; * Ligação de condutas de água e colocação de contadores; * Limpeza de campos de futebol; * Arranjos no pavimento de ruas em Alijó e Granja; * Limpeza de cemitérios; * Desinfecção de ruas; * Limpeza de uma habitação destruída pelo incêndio na freguesia de Carlão; * Remoção e enterro de animal morto abandonado na via pública, no Franzilhal; * Pintura de muros no estaleiro no Largo da Feira; * Trabalhos vários no

edifício das Piscinas Municipais e zona envolvente; * Transporte da torre de desportos radicais para o Pinhão; * Pintura dos lavadouros públicos da Granja * Reparação da pista para a realização do Trial em Sanfins do Douro. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Pavimentação e Arruamentos no Concelho - Rua Torcato Ribeiro em Alijó - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso ao Bairro das Lages em Presandães - em concurso; - Reparação e Remodelação dos Conjuntos Habitacionais do Concelho (Carlão e Pegarinhos) - em concurso; - Fornecimento do Projecto de Recuperação do Mercado Municipal - em concurso; - Fornecimento do Projecto do Pavilhão Multiusos - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Pópulo e Alto do Pópulo) - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Conservação/Requalificação dos Espaços Verdes no Concelho - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua de Santo António em Safres) - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação de Vale de Mir) - em concurso; - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó - 1ª Fase, Povoação de Carlão - em concurso; - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó - 2ª Fase, Povoação da Rapadura - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade) - em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua de Acesso ao Reservatório em Sanfins do Douro) - em concurso; - Projecto de Remodelação do Edifício Antigo do Centro de Dia de Carlão e Arranjos Exteriores - em concurso; - Projecto de Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro, Carlão, Vila Chã, S. Mamede Ribatua e Pegarinhos - em concurso; - Projecto de Recuperação e Reabilitação da Antiga Residência Paroquial de Sanfins do Douro - em concurso. d – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes. - Continuação das candidaturas ao Programa de Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), que sejam utentes das valências de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, no âmbito do recente Protocolo assinado entre o Instituto da Segurança Social, I.P e o Município de Alijó. - Preparação das instalações para a abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó. Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - Encontram-se emprestadas 22 camas hospitalares no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada, S. Mamede de Ribatua, Pegarinhos e Vila Chã. De Julho a Setembro foram emprestadas 3 camas, nas freguesias de São Mamede de Ribatua, Castedo; - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados nas Freguesias de Vilar de Maçada, Pegarinhos, Castedo, Alijó, Cotas, Vila Chã; - Encontram-se emprestadas 22 cadeiras, nas Freguesias de: Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede de Ribatua, Vila Chã, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pegarinhos. De Julho a Setembro foram emprestadas 4

cadeiras nas Freguesias de Alijó, Vila Chã, São Mamede de Ribatua e Vila Verde.- Encontram-se emprestados 2 colchões anti-escaras, nas Freguesias de Pinhão e Castedo. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: N.º de processos entrados em 2008 – 44, N.º de processos aprovados – 8, N.º de processo a aguardar 2º visita domiciliária – 4, N.º de processo a aguardar 1º visita domiciliária – 14, N.º de processos em análise – 6, N.º de processos a aguardar documentos em falta – 3, N.º de processos a aguardar aprovação superior – 3, N.º de processos indeferidos – 4 (3 Alijó, 1 Cotas), - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados;- Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Programa “Solarh”: N.º de processos entrados total – 58; N.º de processos aprovados – 24 (3 desistiram após aprovação), N.º de processos que se encontram em fase de obras – 4, N.º de processos a aguardar aprovação – 0, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 8, N.º de desistências – 26, - Programa de Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), N.º de processos entrados em 2008 – 26, N.º de processos aprovados – 0, N.º de processo a aguardar visita domiciliária – 15, N.º de processos em análise – 11, N.º de processos a aguardar documentos em falta – 0, N.º de processos indeferidos – 0, Projectos de Intervenção Comunitária, - Projecto ”Novos Rumos” – Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas: - Realização de férias desportivas em parceria com o Programa Escolhas e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Programa Escolhas “Pensar o Presente, criar o Futuro” e o Núcleo de Intervenção Local (NLI) do Rendimento Social de Inserção em que participaram 106 Crianças e jovens de Concelho; - Reabilitação habitacional e aquisição de equipamentos para as famílias intervencionadas pelo projecto; - Preparação da Formação para professores e auxiliares de acção educativa – parceria com o IDT- Vila Real; - Curso de Formação Parental – em parceria com o Programa Escolhas “Pensar o Presente, criar o Futuro” e o Núcleo de Intervenção Local (NLI) do Rendimento Social de Inserção; - Gabinete de Apoio ao Jovem – novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, no qual também se insere o Gabinete de Apoio a Sexualidade Juvenil, em Parceria com o Centro de Saúde de Alijó, no âmbito do planeamento familiar; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; - Continuação da 2.ª edição do Programa de Treino de Competências Sociais, dirigida a alunos da Escola E, B 2,3 de Alijó; - Continuação das acções de Orientação vocacional para jovens; - Reabilitação habitacional – 2 situações em parceria com a Autarquia; - Implementação de Acções de Promoção para a Saúde, no 1º Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com o Centro de Saúde e as Escolas; - Preparação de um plano de acção para desenvolver actividades no Agrupamento Vertical de Escolas de Alijó, no 1º Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com o Centro de Saúde e as Escolas; - Acompanhamento psicológico dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho; - Criação de uma bolsa de formação. b - Educação: ➤ Preparação do ano lectivo 2008/2009 – refeições escolares para 1º CEB e Pré-Escolar, transportes escolares para todos os níveis de ensino, pessoal não docente para 1º CEB e Pré-Escolar, actividades de enriquecimento

curricular para 1º CEB, componente de apoio à família na educação pré-escolar, manutenção e conservação de edifícios escolares; ➤ Preparação da abertura do Jardim de Infância de Sanfins do Douro (abertura prevista; ➤ Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza ou outro tipo; ➤ Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; ➤ Candidatura ao Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade, Expressões para os 1º e 2º anos de escolaridade e Ensino de Inglês para todos os anos de escolaridade) – aquisição de materiais para as diferentes áreas e contratação de pessoal docente; ➤ Candidatura ao fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; ➤ Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; ➤ Gratuitidade das refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; ➤ Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB; ➤ Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino, abrangendo ainda pessoas com necessidades educativas especiais que frequentam instituições fora do concelho; ➤ Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; ➤ Cedência de transporte para realização de exames e provas nacionais; ➤ Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); ➤ Colaboração com projectos de intervenção social que levaram a cabo actividades de ocupação para crianças e jovens no Verão; ➤ Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; ➤ Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; ➤ Limpeza e desinfestação de edifícios escolares e áreas circundantes; ➤ Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó; c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 cães em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Colaboração técnica com brigadas da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica em acções de vistoria a estabelecimentos de restauração no concelho de Alijó; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para

deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Participação no júri de admissão do Concurso Pecuário integrado nas festas em honra de N. Sra. Da Boa Morte, na freguesia do Pópulo, fiscalizando a documentação dos bovinos (raça Maronesa) e verificando o estado sanitário da exploração de origem; - Colaboração com a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, procedendo a actividade de Inspeção Sanitária no Matadouro Alleu, em Vila Real;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia, Sanfins do Douro	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das actividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas ás explorações,
Concelho de Alijó – Ribalonga Sector Agro-Pecuário: - Unidade Industrial de Produção de Coelho Doméstico em regime intensivo.	. GADL; . Promotor; . Divisão de Planeamento Urbanístico da CMA; - Autoridade Regional de Saúde do Norte; - Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC); . Centro de Gestão de Empresa Agrícola de Vale da Porca (Murça).	. Licenciamento de exploração para criação de coelho doméstico em regime intensivo; . Enquadramento do investimento nos apoios disponíveis: - PRODER – Modernização e Capacitação de Empresas Agrícolas.	. Reuniões de trabalho com o potencial promotor, para enquadramento do projecto aos apoios disponíveis; . Análise do projecto de arquitectura pela Divisão de Planeamento Urbanístico da CMA, Autoridade Regional de Saúde do Norte e Autoridade Nacional de Protecção Civil.
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário: - Carlão	. GADL; . Promotor	. Criação de Queijaria para produção de queijo de “cabra serrana” – cozinha regional	. Reuniões de trabalho com o potencial promotor, para enquadramento do projecto.
Concelho de Alijó – Sector Agrícola	. GADL	. Informação sobre as medidas de protecção fitossanitária da doença “Flavescência Dourada” da vinha.	. Divulgação através de informação escrita a todas as Freguesias do Concelho.
Concelho de Alijó – Empreendedorismo/ Comércio	. GADL; . Associação Nacional do Direito ao Crédito; . Promotor.	. Informação sobre a forma de aceder ao Microcrédito, através da Associação Nacional de Direito ao Crédito. Criação de uma microempresa na área de comércio têxtil.	. Reunião de trabalho com o potencial promotor, para enquadramento do projecto.

Concelho de Alijó – Empreendedorismo/ Comércio	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Empresa de Consultoria (SPA); . Promotor. 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação de uma microempresa na área da produção e comercialização de um “licor” com base numa receita caseira, para fins medicinais. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de trabalho com o potencial promotor, para enquadramento do projecto.
Concelho de Alijó – Pinhão I Feira de Vinhos – “Douro com Sabor”	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Junta de Freguesia do Pinhão. 	<ul style="list-style-type: none"> . Contribuir para o sucesso do evento, através do trabalho em equipa. 	<ul style="list-style-type: none"> . Participação na organização do evento: <ul style="list-style-type: none"> - Procedimento Concursal para montagem de todo o equipamento necessário para a feira; - Apoio Logístico durante a feira (secretariado).
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Colaborador da CIBIO; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF. 	<ul style="list-style-type: none"> . Melhorar a Gestão da ZCMA. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização de repovoamentos de Perdiz Vermelha, coelho bravo e Pato Real em áreas previamente definidas; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA; . Avaliação Periódica dos repovoamentos de coelho bravo efectuados; . Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Recolha de amostras pela Autoridade Florestal Nacional no Posto de Reprodução, para análise da pureza genética do coelho bravo; . Criação na ZCMA de condições para abertura de caça à codorniz; . Serviço administrativo da ZCMA: - Inscrição de caçadores na zona de caça, emissão de autorizações para

			<p>caçar na ZCMA, requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador, recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas e requerimentos para autorização de correcção de densidade ao Javali por prejuízos causados;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Divulgação através do Site do Município das Condições de Candidatura e de Exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2008/2009, obtenção de ficha de inscrição para a candidatura, bem como divulgação da lista dos caçadores admitidos a sorteio, dos caçadores sorteados e não sorteados; . Fiscalização da ZCMA; . Vistorias para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas; . Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA.
<p>Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . DGRF. . Clube caça e Pesca de Alijó. 	<ul style="list-style-type: none"> . Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã 	<ul style="list-style-type: none"> . Reuniões de Trabalho entre as entidades participantes, com vista à realização de censos e posterior repovoamento; . Autorização e Apoio Logístico na realização do Concurso de Pesca desportiva, organizado pelo Clube de Caça e Pesca de Alijó; . Serviço administrativo da Concessão de Pesca: <ul style="list-style-type: none"> - Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã.
<p>Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GTF, Estradas de Portugal (EP) 	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão de combustíveis na rede viária municipal, de acordo com o PMDCI. 	<ul style="list-style-type: none"> . Vistoria aos trabalhos realizadas na N 212 (Pópulo-Variante) no que diz respeito à faixa de gestão de combustíveis na rede viária nacional.

Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, GADL.	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	. Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei. . Queimas e queimadas.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF'S da Zona Norte do País, Autoridade Florestal Nacional (AFN), grupo de Análise e Uso do Fogo (GAUF).	. Formação para técnicos dos GTF'S em Incêndios Florestais; . Apresentação dos GAUF e seus objectivos; . Comportamento do Fogo; . Importância dos GTF'S no apoio à decisão nos incêndios florestais e equipas GAUF.	. Presença na formação realizada no Aud. Ciências Florestais da UTAD.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, Governador Civil, Autoridade Nacional Protecção Civil de Vila Real (ANPC), Autoridade Florestal Nacional (AFN), PSP, GNR, ICN, RI 13, Comandantes de Bombeiros de serviço ao CDOS.	. Envolver os GTF'S nos Briefings semanais com todas as entidades responsáveis pelo dispositivo.	. Presença no Briefing semanal realizado no CDOS de Vila Real. . Exercício com os comandantes de serviço ao CDOS, simulando situações reais de fogo.

Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, 5 elementos da Equipa de Sapadores Florestais do Concelho de Alijó (SF 10-117).	. Formação dos novos elementos de Equipa de Sapadores Florestais do Concelho de Alijó, realizada no Centro de Operações e Técnicas Florestais (COTF), na Lousã.	. Acompanhamento da formação dos novos elementos que constituem a equipa de sapadores florestais do Concelho de Alijó.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, Comandante Operacional Municipal (COM), Aflodounorte, SF 10-117 Alijó, AFN, GNR.	. Campanha “ Portugal sem Fogos Depende de Todos”	. Sessão de esclarecimento na localidade de Francelos, visita a alguns exemplos de trabalhos realizados pela Comissão de Baldios de Francelos, limpezas e pontos de água para combate a incêndios.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, COM.	. Coordenar as acções de Combate aos Incêndios Florestais.	. Acompanhamento de todas as ocorrências de incêndios florestais no Concelho.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, GADL.	. Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2008.	. Acompanhamento e desenvolvimento de várias actividades relacionadas com a prevenção e protecção da floresta contra incêndios com os 35 jovens distribuídos pelas Freguesias de Alijó, Favaios, Sanfins do Douro, Santa Eugénia, Vilar de Maçada, no Programa Voluntariado Jovem para as Florestas para 2008.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, GADL.	. Informação das medidas a vigorar durante o Período Crítico (1 de Julho a 15 de Outubro 2008).	. Distribuição e divulgação da Portaria que define o Período Crítico, bem como elaboração de avisos com as medidas que a vigorar durante o Período Crítico.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GADL, GTF.	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GADL, GTF.	. Contra-ordenações Queimas e queimadas	. Emissão de parecer sobre autos de notícia referentes a queimas e queimadas de acordo com o Decreto- Lei n.º124/2006 de 28 de Junho.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, COM, ANPC de Vila Real.	. Operacionalizar e agilizar o dispositivo, meios envolventes, prevenção e protecção da floresta contra incêndios.	. Reuniões com ANPC de Vila Real.

Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. COM.	. Avaliação das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó.	. Visitas de trabalho aos Corpos de Bombeiros.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. COM, Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó.	. Avaliação das Bocas de Incêndio.	. Levantamento das Bocas de Incêndio existentes no Concelho de Alijó, operacionalidade e funcionalidade.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GADL, GTF, COM.	. Acompanhar os trabalhos realizados pela equipa de Sapadores Florestais.	. Acompanhamento e operacionalização da Equipa de Sapadores Florestais.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. COM.	. Avaliação de situações de Risco de Incêndio Florestal no Concelho de Alijó.	. Levantamento de situações de Risco de Incêndio Florestal no Concelho.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. COM, GNR.	. Futuras parcerias nas acções de sensibilização.	. Reunião tendo em vista uma possível colaboração de várias entidades, como é o caso da GNR, de intervir nas acções de sensibilização a realizar com vários grupos alvo.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GTF, Comandante Operacional Municipal (COM), Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alijó (A Mata), SF 10-117 Alijó, AFN, SEPNA, Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro.	. Campanha “ Portugal sem Fogos Depende de Todos”	. Sessão de esclarecimento na localidade de Sanfins do Douro, com o objectivo de esclarecer algumas situações do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Medidas a adoptar durante o Período Crítico.
(Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI, Protecção Civil)	. GADL, GTF, Município de Alijó, Aflodounorte, Município de Coca (Região de Castela e Leon), UTAD (Departamento Engenharia Florestal), Geoterra (Sistema Informação Geográfica), Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.	. Apresentação do projecto “Sust Forest”	. Gestão Sustentável da Floresta, utilização dos recursos da floresta como por exemplo, a resina.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à competência, quando foi assinado o protocolo, foi assumido perante todos que era atribuída essa mesma competência, mas a prioridade este ano, seria pagar as dívidas das Juntas de Freguesia, as quais tinham dívidas do passado, para regularizar. Esclarece que a Sra. Presidente de Junta não tem culpa disso, antes pelo contrário, não podendo ser duplamente penalizada por esse facto. Indica ainda que tal como já referiu em outras Assembleias, as Juntas de Freguesia para além do que vai do orçamento financeiro da Câmara que possa ser transferido, têm o próprio FEF e no caso concreto da Sra. Presidente de Junta, sugere que o utilize nas situações mais urgentes. Frisa que não pôs fora de hipótese o facto de estabelecerem uma parceria com a Câmara relativamente a esta matéria enquanto as verbas não são transferidas. Esclarece que não podem transformar a Assembleia Municipal num diálogo relativamente a estas matérias, porque em todas as Juntas de Freguesia há coisas que pensaram fazer e não se concretizaram, no entanto o seu gabinete continua aberto para lá, ou no terreno, falar com a Sra. Presidente de Junta a fim de encontrarem as melhores formas de resolver os problemas. No que diz respeito à candidatura da Zona Industrial Intermunicipal, refere que é importante não apenas para o Pópulo mas para todo o Concelho e não só não está esquecida como está a ser trabalhada, tal como a do Aeródromo e outras, onde muitas vezes foram acusados de as esquecerem ou de não estarem a trabalhar nelas. Informa que estão a trabalhar ao nível do Plano Director Municipal, tal como é do conhecimento de quem trabalha na área do urbanismo da Câmara Municipal. Na presente semana tiveram uma reunião no terreno, com a equipa da UTAD e da CCDRN, a qual vai ter a palavra final relativamente aos terrenos que vão ser retirados da reserva ecológica, dada a necessidade de serem desafectados para a referida Zona Industrial avançar. Dá a conhecer o caso concreto da Real Companhia Velha que conseguiram convencer a trazer para cá o seu investimento, em termos de localização dos seus armazéns no Concelho de Alijó. Esta empresa tem outras parcerias nomeadamente no golfe, com a Villa Sol, sendo uma das maiores empresas na área vitivinícola do Concelho de Alijó e do próprio Douro. Indica que vão continuar a trabalhar com o Grupo Villa Sol e com o Grupo Real Companhia Velha para terem um campo de golfe na zona Norte e um outro na zona do Douro, no Concelho de Alijó. Informa que estes projectos foram também fundamentais

para alavancar a própria aprovação do PDM do Aeródromo, porque ninguém vai defender a existência do Aeródromo no Concelho de Alijó se não houver perspectivas de investimento na área turística e se não houver perspectivas de investimento a curto, médio e longo prazos. Frisa que não o podem acusar de não levar os desafios até ao fim e tal como fez com o Aeródromo e com a Zona Industrial Intermunicipal vai fazer o mesmo com todos os desafios com que tem sido confrontado. Esclarece ainda que se assim não fosse, não teriam realizado o sonho da Pousada da Juventude, do Campo de Futebol, da Aldeia Vinhateira de Favaios e respectiva Variante, da Variante de Alijó, da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, etc. Dá ainda uma boa nova relativamente à Freguesia do Pópulo no que concerne à candidatura do Castro do Pópulo, estando já em execução a Limpeza do mesmo e a sua candidatura aos “Castros Peninsulares”. Com persistência, determinação e com a força do trabalho, vão conseguir concretizar estes desafios tão importantes para o Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Pedido de Aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, referente ao ano de 2008*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este imposto, tal como prometeu aquando da discussão desta matéria no último ano, relativamente a esta taxa municipal sobre imóveis, tinham afirmado que em função da evolução da receita, ponderavam todos os anos ir diminuindo algo, no sentido de as pessoas não serem sacrificadas e ver o impacto dessa situação nas finanças locais. Indica que diminuíram 0,1% no ano transacto, diminuíram mais 0,1% este ano, dentro dessa mesma filosofia. Indica ainda que poderiam seguir a orientação da Associação Nacional de Municípios, a qual tem transmitido às Câmaras para cobrarem a taxa máxima, mas como têm conhecimento das dificuldades de todos, adoptaram esta medida, procurando encontrar o equilíbrio entre as receitas que necessitam para realizar os investimentos por todos solicitados e a quebra dessas mesmas receitas em função da auto diminuição de alguns impostos que a Câmara tem possibilidade de cobrar. Apostaram nesta estratégia e como a crise não se tem atenuado, consideraram que deviam continuar neste caminho que tem que ser sempre avaliado, em função das receitas que também se

perdem. Finaliza afirmando que o objectivo é ir de encontro às necessidades e à diminuição ponderada e gradual. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por aquilo que tem conseguido e indica que foi com prazer que ouviu a notícia da vinda da Real Companhia Velha, no entanto pretende fazer um parêntesis na história. Lembra que há cerca de dez anos atrás tiveram oportunidade de ter na região do Douro os armazéns de um dos maiores exportadores de Vinho do Porto, o Sr. Rocha Pinto, o qual pediu que lhe arranjasse dez hectares que ele viria para o Douro, no entanto devido ao seu falecimento, esse sonho não se concretizou. Se houver vontade e tenacidade, é possível que outros venham porque a legislação comunitária e a sede do Vinho do porto é na Régua. Indica que não foi vendido todo o armazém de Vila Nova de Gaia porque era excessivo dinheiro em troca da Quinta de Ventozelo, no entanto o mais importante é que venham para o Concelho de Alijó. Relativamente à escola para deficientes mentais, merece também menção pois há cerca de três anos que este acordo podia estar concretizado. Alijó queria ter uma escola ou associação autónoma, o que não era viável. Dá os sentidos pêsames ao Sr. Alfredo Veiga pela perda do seu filho e espera que com a ajuda das pessoas em quem crê encontre o espírito de resignação e consolação. Relativamente ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos indica que é de aplaudir a concretização do prometido no ano transacto. No entanto, a situação do ano passado era muito diferente da situação actual, quer a nível local, quer a nível nacional ou mundial. No ano passado previam uma situação que nada tem a ver com a actual que é caótica e tremendamente agravada em relação ao ano passado, estando a crise patente. Indica que perante o momento caótico que o mundo atravessa, a Câmara poderia e deveria baixar mais um pouco os impostos, especialmente para aqueles que têm reformas de cerca de duzentos euros por mês e tendo uma casa em seu nome, têm que pagar impostos. A Câmara deveria tentar ajudar a população porque há muitos pequenos e médios empresários que para pagar impostos não podem pagar salários. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que relativamente ao IMI, o Sr. Presidente da Câmara ao apresentar o mesmo referiu que a proposta deste ano tem a diminuição de uma décima e

ninguém melhor que o Sr. Deputado e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estarem de alguma forma do lado do Sr. Presidente da Câmara porque viveram esta situação e sabem que para dar resposta a tantos pedidos e a tantos anseios da população, é necessário ter receita. No entanto é também necessário haver algum equilíbrio. Relativamente aos impostos, pensa que a Câmara deveria aplicar em todos eles a taxa mínima porque por um lado os Portugueses e mais concretamente a população de Alijó em geral já têm uma carga de impostos das maiores da Europa e do Mundo. Indica ainda que se fizerem contas, facilmente de aperceberão que cerca de 60% do que ganham, vai para impostos. Todos têm conhecimento da crise que se vive por todo o lado, a qual é especialmente sentida no Concelho de Alijó dado ser um Concelho que vive essencialmente da cultura da vinha e do vinho e desde há uns anos que esta actividade está em crise. Refere que pertence à direcção da Adega de Pegarinhos e não sabe se os Srs. Deputados têm consciência da dificuldade que a direcção de uma cooperativa tem para vender e quando vende está sujeita a ser vigarizada. Esta situação de crise aconselha, se possível, a uma carga fiscal mínima, embora compreenda a legitimidade da Câmara em querer ter receitas porque está a ser permanentemente solicitada. Põe à consideração da Câmara, através do Sr. Presidente da Câmara o seguinte: por informação que vê todos os dias nos jornais e nos e-mails que lhe chegam através da Internet, sabem que de uma maneira geral este imposto subiu. O IMI e o IMT subiram entre 30 a 35% no último ano, a nível nacional, assim como em Alijó. Atendendo a estas circunstâncias, mas fundamentalmente atendendo aos prédios não registados, os quais têm o imposto maior, a variação é de 0,4% a 0,8% sobre o valor patrimonial. Estes prédios ao serem legalizados e se recorrerem à colaboração de um advogado ou de um solicitador, não ficam para o contribuinte em menos de 1100 € e depois este ainda vai pagar imposto de selo, sendo 10% sobre o valor patrimonial. Indica que há munícipes em Alijó que têm pago entre 1500€ a 1600€ só de imposto de selo por uma casa que é registada pela primeira vez. Depois ainda há o IMI, o qual as Finanças estão a aplicar de uma forma retroactiva e quem pretender registar uma casa omissa, terá que pagar a contribuição dos últimos cinco anos. Lembra que houve um período quase de euforia para efectuarem legalizações, no entanto agora as pessoas começam a ter receio, ficando a perder a Câmara porque este imposto

reverte para o Município. Exposto este conjunto de considerações, propõe à Câmara Municipal que, pelo menos neste tipo de situações, aplique a taxa mínima. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Afirma que o ideal seria todas as pessoas envolvidas nas referidas legalizações, tivessem em atenção todos os factores enunciados. Indica que a Câmara está a fazer um grande esforço pois já no ano passado desceu uma décima, no presente ano volta a descer outra décima. Está convencido que com o andar do tempo e se a situação económica o permitir, também estarão sensíveis a continuar a baixar, atingindo a taxa mínima. Finaliza afirmando que a Bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta iniciativa. ----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que foi afirmado que a situação está caótica, mas está caótico para todos e também para as instituições porque ao longo do tempo desta reunião, ouviu um conjunto de pedidos efectuados ao Sr. Presidente da Câmara, que se fazem com dinheiro que a Câmara tem que ter, inclusivamente uma coisa tão comezinha como a limpeza das bermas e o Sr. Presidente da Câmara disse que não tinha transferido dinheiro porque não tinha. Este é um sinal de descapitalização em termos de receita da Câmara Municipal, produzindo este facto uma extrema limitação na actividade da Câmara pois esta também paga muitos impostos, ou seja, ou seja, o Estado paga ao Estado. A Câmara também paga impostos sobre as obras que executa e está a fazer um bem público a toda a gente, assim, se a Câmara paga impostos, tem que ter receita para poder sobreviver. Independentemente da crise, foi uma prática da Câmara Municipal, no seu tempo e no tempo do anterior Presidente da Câmara, estabelecerem a média entre o valor mínimo e o valor máximo. Pretende dar um exemplo e uma carta de recomendação ao Sr. Presidente da Câmara sem que tal inclua qualquer maldade ou má vontade para os munícipes: “Trate rapidamente de mandar avaliar todos os prédios deste Concelho e depois aplique a taxa mínima”. Lembra que comprou um apartamento há quinze anos, tendo custado €20,000.00, aplicando os 0,4% paga €80.00 por ano à Câmara Municipal de IMI. Se eventualmente reavaliar o seu apartamento, vale € 75,000.00, aplicando os 0,2% vai pagar €150.00, significando que no valor actual paga €80.00 e se actualizar paga €150.00. “Sr. Presidente, aplique as taxas médias porque realmente todos os cidadãos deste concelho saem grandemente beneficiados”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Reafirma que tal como foi dizendo ao longo do ano passado e do corrente ano e como já foi referido de certa forma pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a taxa já está quase no mínimo porque no que diz respeito aos prédios urbanos, nomeadamente ao IMI, a taxa pode variar entre 0,4% e 0,8%, tendo começado com a taxa máxima (0,8%) e neste momento estão com 0,6%. No que diz respeito aos prédios urbanos avaliados nos termos do novo código, as taxas variam entre 0,2% e 0,5% e estão já em 0,3%, sendo um processo gradual de ano para ano, porque se diminuíssem da taxa máxima para a taxa mínima de forma abrupta, corriam o risco de ter uma grande quebra de receitas de um ano para o outro e alguns dos investimentos reivindicados poderiam ficar em risco. Reafirma que estão a ter esta atitude, atendendo também à necessidade de não ficarem de um momento para o outro descapitalizados em termos de receita. Finaliza afirmando que tem a certeza absoluta que todos gostariam que o dinamismo da vida económica a nível internacional e conseqüentemente com reflexos em Portugal, pudesse permitir uma de duas coisas: “ou que ficassem por aqui ou que esse dinamismo fosse tão grande que desejassem novamente subir as taxas porque as pessoas tinham capacidade para as pagar”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Deputado Jaime Cardoso após a ter solicitado. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que o Sr. Presidente da Assembleia deu o exemplo do seu apartamento, mas a grande quantidade de casas feitas depois, foram avaliadas e financiadas pelos bancos que também estão a sofrer um pouco porque estão a receber e a fazer negociações com dificuldade, ampliando até o prazo de pagamento para mais vinte anos, para não correrem o risco de lhes acontecer como aos bancos americanos. Indica ainda que metade do país se encontra à venda, os preços naturalmente baixam, não podendo levar em consideração a situação do mercado, assim como o preço dos imóveis de hoje pelo preço de avaliação de há cinco ou seis anos atrás, sendo hoje tremendamente mais baixo. Relativamente às necessidades da Câmara de dinheiro, refere ser necessário diminuir ao máximo a carga fiscal no sentido de ajudar especialmente as famílias mais carenciadas porque as Câmaras vivem hoje numa situação de fartura que não vai durar para sempre. Daqui por dez anos não existem fundos comunitários, a Câmara terá que reduzir

os seus gastos e acostumar-se a viver com rendas próprias. Finaliza afirmando que não é de levar em consideração apenas o problema de mais duas ou menos duas décimas, mas de ver a situação gritante em que o povo se encontra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, referente ao ano de 2008”*, sendo aprovado por maioria com 26 votos a favor, 06 votos contra e 02 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Autorização de Lançamento de uma Derrama, para o ano de 2009, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2008”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** A prova da sensibilidade e boa vontade em baixar impostos, está patente na proposta que fazem, no que diz respeito ao lançamento da Derrama. Se no que diz respeito aos outros impostos, foram diminuindo gradualmente, estando quase na taxa mínima, no que diz respeito ao lançamento da Derrama, para apoiar a actividade económica e particularmente tendo em conta a situação de crise, diminuíram de uma só vez, meio ponto percentual. Esclarece que a taxa máxima era de 1,5%, propuseram para este ano 1% e não propuseram acabar com este imposto porque os dados que possuem, não havendo prova em contrário, é que este imposto incide sobre um *plaffon* de lucro, a partir do qual é cobrado. Indica ainda que se retirassem definitivamente este imposto, acabava por vir a beneficiar as grandes empresas que têm empregados no Concelho, embora não tenham cá a sua sede social. O problema da Derrama não está no facto da Câmara lançar ou não, o problema reside numa lei que devia existir não ao nível Autárquico, mas da Assembleia da República e que obrigasse a que qualquer empresa que extrai a riqueza de um determinado Concelho, teria que ter nesse Concelho, a sua sede social. Quando tal sucedesse a Câmara já não tinha necessidade de lançar a sua Derrama. Esclarece ainda que este é o único mecanismo jurídico e financeiro legal que têm para de certa forma obrigar as grandes empresas que pagam sempre Derrama e que têm trabalhadores no Concelho, a deixar cá parte dessa Derrama. Atendendo à sistemática objecção, que fazem relativamente a esta matéria,

estão a fazer esta experiência este ano, retirando meio ponto percentual para verem quais as consequências na receita que cobram, porque se for verdade que este imposto incide sobretudo nas grandes empresas, no próximo ano vão ter uma quebra acentuadíssima da taxa da Derrama no Concelho de Alijó, ficando provado que esta taxa é justa porque não incide sobre a pequena e média empresa, incide antes sobre a grande, que não tem no Concelho a sua sede social. Indica que pelos dados que possuem, tem a certeza que esta descida vai ter uma repercussão sobretudo nas grandes empresas que não têm a sua sede social no Concelho e não na pequena e média empresa. Procuram ainda ser equilibrados na cobrança da receita, tendo uma atitude de baixar os impostos de forma equilibrada e sustentada. Relativamente à folga das Câmaras e à questão dos fundos comunitários, com todo o respeito pela intervenção do Sr. Deputado, indica que os fundos comunitários são a única forma financeira de realizarem grandes investimentos, particularmente câmaras com a dimensão da de Alijó, no entanto estes fundos têm uma contrapartida, pois se fossem a 100%, seria verdade o que o Sr. Deputado afirmou. Esclarece que estes fundos não são a 100%, tendo as Câmaras que garantir a contrapartida nacional desses mesmos fundos, que nuns casos são a 30%, 40% ou até 50%, exigindo um esforço financeiro enormíssimo. Aparentemente o raciocínio do Sr. Deputado teria lógica e razão se fosse a 100%, mas na verdade as Câmaras têm que fazer uma grande ginástica de engenharia financeira para poder concretizar essas apostas e evitarem que os fundos comunitários sejam devolvidos à União Europeia. Tal como referiu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal “tal como as empresas e as famílias, estão cada vez mais apertados relativamente a essa disponibilidade financeira”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições, sendo inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO VÍTOR SILVA:** Esclarece que a Lei das Finanças Locais de 2007 veio introduzir algumas alterações na Lei das Finanças Locais, mais concretamente na taxa da Derrama. Antes, esta taxa era calculada sobre o lucro tributável de 0% a 1,5%. Indica que o Executivo, Socialista que é, não aplicou a taxa máxima, tendo aplicado 1%. Assim sendo, não é por este motivo que as empresas não se vão estabelecer na região. Indica ainda que para as empresas se estabelecerem na região, o Governo tem medidas fiscais, tanto a nível da Segurança Social como

das Finanças, com a redução da taxa de IRC e até com a redução da taxa social única de pagamento à Segurança Social, que são os incentivos à interioridade. O Governo propõe estas medidas para se localizarem e como tal não se verifica, a Câmara Municipal mais não tem que fazer do que aplicar a taxa da Derrama para conseguir através da massa salarial que deixem alguma coisa no Concelho. O 1% que vão deixar os empresários que são de cá, só o deixam se tiverem lucro. Por todos os motivos indicados, a Bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a aplicação de 1% sobre o lucro tributável na Derrama. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Autorização de Lançamento de uma Derrama, para o ano de 2009, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2008”*, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor, 04 votos contra e 03 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que esta taxa limita-se a consubstanciar o direito do uso do solo que os Municípios têm sobre as telecomunicações que passam nos mesmos, a terem uma parte da sua facturação, revertendo a favor dos próprios Municípios. Indica que não tem sido fácil cobrar esta taxa, existe polémica jurídica relativamente a esta matéria, entre as operadoras, os Municípios e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas se não cobrarem esta taxa pela medida máxima, na medida em que se trata das grandes operadoras de telecomunicações e se não estiver prevista, não vão poder usufruir da mesma. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que está de acordo com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe ainda que, como Presidente do Município preocupado que é com os seus munícipes, também veria com bons olhos se a EDP pagasse aos donos dos terrenos por onde passa a alta tensão, os postes de electricidade, etc, sendo também um direito de passagem por vezes bastante oneroso, se pretender construir uma casa debaixo de uma corrente de alta tensão. Sabe que

nenhum dos proprietários recebe nada e o Município de Alijó também é atravessado por grandes redes de alta tensão. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Coloca-se claramente do lado do Sr. Presidente da Câmara e acha que a Assembleia Municipal devia emitir uma posição muito firme em relação a estas empresas que estão a receber esta taxa, “nós estamos a paga-la e se eles não a entregam, estão a rouba-la”. Informa que se ia abster, mas vai votar favoravelmente e devem fazer uma luta, dizendo que os munícipes de Alijó não aceitam estar a pagar uma taxa destinada à Câmara e da qual uma empresa estranha se está a locupletar. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Este é o imposto mais justo que conhece, porque as empresas quando abrem valas, implantam postes, etc, causam inconvenientes a todos os cidadãos. Os consumidores também têm que lhes pagar a respectiva taxa e o consumo, no caso concreto da EDP e da TELECOM, assim como também vem expressa nas facturas a percentagem sobre o direito de passagem. Afirma não entender que quando sobem os impostos votem contra e se os descerem, também votem contra. No entanto todos os Srs. Presidentes de Junta pressionam o Sr. Presidente da Câmara, pedindo sempre mais obras. Afirma ainda não entender porque questionam a cobrança deste imposto, pois não faz sentido exigir tanta coisa, e bem, porque querem mostrar o melhor serviço e servir as populações da melhor forma, mas se exigem, também têm que dar meios. Finaliza indicando que a Bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”*, sendo aprovado por unanimidade com 31 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos” Pedido de aprovação do Projecto de Regulamento de Venda ou Cedência de Imóveis, propriedade do Município”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que o presente Regulamento vem à Assembleia Municipal após ter sido aprovado pela Câmara porque até esta data não tinham esta matéria regulamentada. É importante estar regulamentada sobretudo por três pontos de vista: por uma questão de rigor, por uma questão de transparência e por uma questão de poderem muitas vezes

ajudar, como no caso da APPACDM ou outras instituições realizarem investimentos no Concelho de Alijó e estarem salvaguardadas as duas partes, relativamente a esta matéria. Tal como está expresso na Declaração de Voto, entregaram ao Dr. José Maria Barroso, Jurista da Câmara, uma análise comparativa e um conjunto de outros regulamentos de outras Autarquias, sobre esta matéria, para assim apresentar o melhor Regulamento possível, no que concerne a este assunto. Indica que é o que está presente aos Srs. Deputados, tendo como objectivo estabelecer balizas no que respeita a esta alienação do património, de acordo com critérios e normas idênticas às que praticam noutros Municípios. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que a Bancada do Partido Social Democrata subscrevem integralmente a Declaração de Voto feita na Reunião de Câmara pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata. O sentido do voto, manifestar-se-á numa abstenção, não pondo em causa a paternidade do documento que lhes é apresentado, pondo antes em causa o comportamento da Câmara relativamente a uma proposta semelhante, ou seja, a um regulamento apresentado pelos Srs. Vereadores e que não foi sequer aceite, discutido e tratado na Câmara. Pensa que esta posição do Executivo merece ser criticada. Indica ainda que ficou surpreendido quando tomou conhecimento desta situação porque em Democracia e sobretudo na situação em que estão na Câmara, parece-lhe que o mínimo que deveriam fazer seria aceitar o documento, discuti-lo e se entendessem que o mesmo não era o ideal para a administração do Município, reprovavam o mesmo. O documento foi oficialmente apresentado e nem sequer foi dada a oportunidade de ser discutido, considerando tal atitude reprovável. A abstenção da Bancada do Partido Social Democrata dá-se como forma de protesto por tal situação. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Refere que leu o documento relacionado com a cedência de imóveis, propriedade do Município e não estão mencionados os edifícios escolares. Pretende saber se também está prevista a venda dos referidos edifícios, pois têm outros destinos como o aproveitamento para casas mortuárias, centros de convívio, etc -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Leu atentamente as razões pelas quais a Câmara traz a aprovação o presente Regulamento, tendo lido ainda a razão pela qual se absteve a Bancada do Partido Social Democrata. Lê o segundo parágrafo da segunda folha, o qual se transcreve na íntegra: “Este comportamento ilegal do Sr. Presidente da Câmara motivou a nossa apresentação de um protesto em Reunião de Câmara de 28 de Março de 2007, bem como uma queixa formulada no IGAP, encontrando-se o respectivo processo pendente”. Indica que se acham que houve ilegalidade, para serem integrantes, no mínimo, o que faria, seria votar contra e nunca abster-se. Salaria ainda que a cedência desses terrenos, destina-se a uma cooperativa de habitação. Lembra que em Vila Real, 30 a 40% da habitação tem sido desenvolvida nesse processo de cooperativismo. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Lembra que o Sr. Presidente referiu que quando as Juntas articulam com a Câmara, as coisas funcionam e vão ajudando a resolver os problemas. Refere que está farto de tentar articular e resolver com o Sr. Presidente da Câmara e a resposta que tem obtido é “não”. Lembra ainda que o Sr. Presidente da Câmara pediu ao Gabinete de Apoio que verificasse a documentação e a resposta é sempre: “não há documentação”, passando a descrever a situação: no tempo do Dr. Aníbal Ferreira, o benemérito Teixeira da Rocha comprou um terreno no Amieiro, com dinheiro dele, tendo o negócio sido efectuado pelo Dr. Aníbal. Refere que tem pedido ao Sr. Presidente da Câmara que o deixe registar o referido terreno em nome da Junta de Freguesia do Amieiro, obtendo como resposta: “não”. Questiona porque lhe é dito que não, se neste Ponto da Ordem de Trabalhos pedem que “votem coisas a favor que é para benefício de toda a gente”. Questiona se o Amieiro não merece o terreno que foi pago por um benemérito, não havendo documentos na Câmara e sendo do conhecimento de toda a gente que foi comprado por um particular benemérito, José Maria Teixeira da Rocha. Finaliza afirmando que o Dr. Aníbal Ferreira é testemunha de tal facto, podendo informar publicamente quem pagou o dito terreno. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Câmara que o deixe registar o terreno em nome da Junta de Freguesia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel Carvalho, lembra e reafirma publicamente que no que concerne a esta matéria, não pode entregar à Junta de Freguesia ou a qualquer instituição, nem à própria Câmara, não pode registar em nome da Câmara coisas que não estão documentadas juridicamente, tendo como resposta do Sr. Presidente da Junta que o negócio foi feito e deve haver documento jurídico na Câmara que o confirme. Lembra ainda que foi na presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro que solicitou à D. Leonor para lhe entregar essa documentação e a mesma não a encontrou. Pergunta se os Srs. Deputados querem legalidade ou não, se querem o respeito da Lei ou não. Indica que compreende que estão numa altura em que as pessoas aproveitam tudo para batalhas de carácter político – partidário porque as eleições aproximam-se brevemente, no entanto há limites para tudo. Se o Sr. Presidente de Junta pretende ser respeitado, tem que respeitar também e não pode aproveitar estes momentos para estar a por em causa a honorabilidade de uma pessoa que desde que entrou na Câmara não tem feito outra coisa que não seja pugnar por isso. A partir da existência do Regulamento que do ponto de vista jurídico enquadra esta matéria, o Sr. Presidente de Junta, peça do ponto de vista jurídico essa situação, sendo averiguado se existe uma forma jurídica de regularizar esta questão. Indica que sempre teve muito respeito por todos os Srs. Presidentes de Junta e lança um desafio a todos para que lhe digam se algum dia relativamente a esta matéria ou a outra de outra natureza, teve um comportamento incorrecto para com eles. Relativamente ao Projecto de Regulamento, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, uma cooperativa de habitação que se constituiu, tal como referiu o Sr. Deputado António Fernandes, perguntou à Câmara se esta podia ceder um terreno em Vilar de Maçada para poder realizar lá um projecto desta natureza. Este assunto foi levado a Reunião de Câmara acompanhado de parecer jurídico de um advogado que apoiou essa cooperativa. Na Câmara levantaram-se dúvidas relativamente à forma jurídica de o fazer, afirmando que não teriam poder para o fazer. A partir daí levantaram a questão de arranjar um Regulamento relativamente a esta matéria. Confirma que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram um Regulamento, sendo ainda apresentado um outro por parte do Executivo, tendo ficado combinado que fariam uma síntese para não transformar isto numa questão de debate político – partidária, para encontrarem o melhor Regulamento para o caso

concreto do Concelho de Alijó. Indica que chegaram a realizar uma reunião onde esteve presente o Dr. José Maria Barroso, recolhendo os contributos do Regulamento que o Partido Social Democrata apresentou em Reunião de Câmara. Alguns desses contributos estão presentes neste Regulamento pois ficou combinado que os contributos deveriam plasmar um único Regulamento, presente em Reunião de Câmara. Indica ainda que este Regulamento foi elaborado pelo Dr. José Maria Barroso, Jurista da Câmara e apresentou-o em Reunião de Câmara. Demonstraram grande humildade Democrática e grande espírito Democrático porque aceitaram uma sugestão construtiva da Bancada do Partido Social Democrata, relativamente a esta matéria. Esclarece que foi esta situação que ficou acordada e quando foi a votação não tinha todos os pontos que o Regulamento do Partido Social Democrata eventualmente contemplava, assim como também não tinha todos os pontos do Regulamento apresentado pelo Executivo porque pegaram em vários Regulamentos e com o resultado da compilação de todos chegaram ao presente Regulamento. Refere que não transformaram esta questão num caso político, nem fizeram queixa deste Regulamento para tribunais ou inspecções, pois não têm como ponto de partida a desconfiança acerca das pessoas e das instituições. Finaliza afirmando que não deveriam transformar este Regulamento numa arma de arremesso político. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** indica que necessita de um esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Dr. Aníbal Ferreira porque foram intervenientes num assunto que está a criar alguma polémica. Indica ainda que sempre que se adquire uma propriedade, a mesma tem que ser registada e conservada. Pergunta ao Sr. Deputado Aníbal Ferreira, à época em que foi Presidente da Câmara se na verdade isso aconteceu ou não para esclarecimento porque se o terreno não está em nome da Câmara, esta não o pode dar a ninguém. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Pensa que o que está em causa são posições entre a Vereação e o Sr. Presidente da Câmara. A última intervenção que fez era mais dirigida aos Srs. Vereadores do partido Social Democrata, do que propriamente a esta questão. Relativamente ao terreno do Amieiro “se calhar não existe mesmo documento nenhum”, porque foi comprado com dinheiro particular, dado haver um problema com os proprietários que eram uma série de pessoas. Presume que deve ter havido uma espécie de contrato promessa compra e venda. Não há dúvida que

o terreno foi comprado pelo Presidente da Câmara de então, ele próprio, mas com dinheiro dado pelo Sr. Teixeira da Rocha. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro, que decidam entre eles em nome de quem pretendem registar o terreno, podendo ser feito através de uma justificação notarial, tendo apenas que dizer que está na posse e no uso há pelo menos vinte anos e confirmado por três testemunhas. Oferece-se para ser uma das testemunhas para acompanhar a dita justificação, sendo ainda esta a sua obrigação, estando à disposição do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro para participar e ser testemunha neste acto, defendendo sempre os interesses da Câmara. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que não era sua intenção ofendê-lo nem deixa-lo nervoso. Indica que o que foi proferido pelo Dr. Aníbal Ferreira havia já sido transmitido ao Sr. Presidente da Câmara no seu gabinete. O terreno está sob jurisdição da Junta de Freguesia há mais de vinte anos, tal como já tinha informado o Sr. Presidente da Câmara, assim como já tinha transmitido ao Sr. Presidente da Câmara que permitisse fazer uma justificação. Questiona porque há-de ser feita em nome da Câmara quando foi um benemérito do Amieiro que o deu e pode ser justificado em nome da Junta de Freguesia. Finaliza afirmando que não teve intenção de ofender a integridade do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Refere que não vale a pena jogarem com as palavras e devem esclarecer a situação e não ficou nervoso, mas indignado. Aceita as desculpas do Sr. Deputado, pedindo também desculpa pela forma impulsiva como reagiu. Como foi provado do ponto de vista jurídico, a solução desta questão não é fácil, lembrando que na última conversa que falou com o Sr. Deputado sobre esta matéria, transmitiu-lhe que não tinham qualquer documento na Câmara que confirmasse a situação, solicitando ainda ao mesmo que lhe apresentasse uma solução jurídica para o problema. Se for a Câmara Municipal a fazer a escritura de justificação, terá que ser em seu nome e não em nome de outrem. Se a Junta de Freguesia tem interesse em resolver juridicamente esta matéria, deve apresentar uma proposta jurídica concreta à Câmara Municipal e esta, mediante a proposta, irá consultar os seus advogados e juristas, dando posteriormente uma resposta. Dirige-se ao Sr. Deputado Belarmino Monteiro esclarecendo que a questão que colocou é uma questão à parte, sendo um protocolo específico da questão das escolas. Já fizeram um

levantamento e entregaram à DREN, a qual irá transferir esse património para a propriedade do Município. Posteriormente poderá ser aplicado o presente Regulamento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de aprovação do Projecto de Regulamento de Venda ou Cedência de Imóveis, propriedade do Município*”, sendo aprovado por maioria com 29 votos a favor e 03 abstenções. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de aprovação da Proposta de Alteração à Estrutura orgânica, Regulamento e Mapa de Pessoal do* ----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito a esta matéria e para alteração ao Organigrama da Câmara e ao Quadro de Pessoal tem a ver com a experiência que têm ao longo dos anos da gestão Camarária mas também com as novas competências e a transferência de novas responsabilidades para as Câmaras Municipais que estão em curso. Salaria que do Organigrama anterior para o novo houve uma horizontalização dos serviços. No antigo tinham cinco Divisões e dois Departamentos e transformaram estes dois Departamentos em duas Divisões. Do ponto de vista financeiro estão, em termos de Organigrama, a diminuir porque os Directores de Departamento ganham mais do que os Chefes de Divisão. Estão a permitir uma maior especialização e coordenação de uma série de áreas da Autarquia, sobretudo incidindo naquelas que vão receber novas competências, sendo todas as que têm a ver com a antiga Divisão da Acção Social e Cultura. Vão receber novas competências na área da educação e ainda não assinaram com o Ministério porque não estavam preparados para o assinar, dado considerarem que havia um conjunto de pré – requisitos que não estavam concretizados. Recorda que só ao nível do pessoal não docente, se já tivessem assinado o protocolo, que algumas Autarquias já assinaram ao nível da transferência de competências com o Ministério da Educação, iriam receber mais de cento e cinquenta funcionários. Para além do mais estão a crescer ao nível das infra – estruturas desportivas e culturais, sendo necessário ajustar o Quadro Orgânico da Câmara às novas realidades. Refere ainda que o novo Quadro da Câmara também visa adaptar-se à nova avaliação de desempenho da Função Pública a qual implica a existência de coordenadores sectoriais que não são mais que os actuais Chefes de Divisão, que estejam numa relação de proximidade possível com os respectivos funcionários. Ao

fazerem esta alteração orgânica, substituindo dois Departamentos por duas Divisões, estão a fazer a coordenação mais próxima dos diferentes serviços, permitindo que a articulação vertical seja feita ao nível do Executivo da Câmara e não tanto das chefias técnicas. Refere ainda que por causa da alteração à nova contratação pública e ao novo regime de avaliação, também tinham que fazer esta alteração, caso contrário, alguns dos funcionários que já pertencem ao actual Quadro da Câmara e que estão a exercer funções, não sendo remunerados de acordo com essas funções, como por exemplo, entraram como Auxiliares de Serviços Gerais e estão a exercer funções que exigiriam um ordenado superior, se não fizessem a dita alteração, esses funcionários não poderiam ter essa adequação técnica – profissional. Também aproveitaram esta alteração à estrutura orgânica e Quadro de Pessoal para eliminar / diminuir algumas categorias profissionais que já não existem porque estão ultrapassadas pela própria dinâmica dos tempos, de forma a ganharem com isso margem de manobra para abrirem outras, necessárias em função das novas competências. Indica que aproveitaram uma última oportunidade para ajustar o Quadro Orgânico e Mapa de Pessoal da Câmara às reais necessidades, procurando também ser justos com os que até agora têm servido o Município e muitas vezes até não recebendo de acordo com a dedicação que têm dado ao Município. Indica ainda que o fazem pelos mesmos princípios ideológicos e valores com que defendem na Assembleia Municipal a diminuição dos impostos porque se é importante diminuir a despesa que todos e cada um têm, também é importante, na medida do possível, aumentar a receita que cada um recebe ao fim do mês. Se a estrutura económica e financeira da Câmara permite que tal se faça, enquanto estiver nestas funções, aproveitará sempre as oportunidades que a Lei lhe dá para atribuir melhores ordenados a quem merece tê-los, reclassificar todos aqueles que merecem essa oportunidade. Refere que há pouco tempo, na sequência de uma situação desta natureza, tinha duas vagas para ocupar e poderia apenas ocupar uma, tendo feito um esforço para ocupar as duas, em reconhecimento da justiça dessa decisão. Indica que são assim por princípios, por valores e por substrato ideológico, contribuindo desta forma para fixar jovens no Concelho de Alijó e aumentar rendimentos de todos aqueles que muito dão em prol da Câmara Municipal. Dá ainda o exemplo da água que enquanto não foi entregue à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, quando surgia algum problema, todos diziam que eram os funcionários da Câmara que não faziam nada, etc,

no entanto agora que foi entregue à dita empresa privada, continuam a existir falhas porque não é fácil, num Concelho como este, ter uma situação perfeita. Actualmente já dizem que “quando eram os funcionários da Câmara, é que isto corria bem”. Afirma que acredita no serviço público e que esta reestruturação do Quadro de Pessoal e da estrutura orgânica da Câmara Municipal vai contribuir para dar uma última oportunidade a todos os funcionários da Câmara que é possível terem a sua situação melhorada, permitindo também que possam ter funcionários mais motivados, mais estimulados e que não pensem nem necessitem de sair do Concelho de Alijó para continuarem a desenvolver a sua actividade profissional. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Relativamente à divisão de toda a orgânica da Câmara, refere que a Bancada do Partido Social Democrata está solidária com a posição que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata tomaram na Câmara. Pensa que relativamente à alteração do Organigrama, cumpre a dá resposta a uma descritiva que na altura fez, pois estava desajustado para a realidade da Câmara. Achava um exagero a existência de dois Departamentos na Câmara de Alijó, estando mais de acordo com este apresentado para análise. Todavia refere que o Organograma tem fundamentalmente seis Departamentos de Apoio ao Presidente da Câmara, mas reduzia-os pois a Câmara cumpriria com toda a eficiência e eficácia as suas atribuições e competências que lhes são atribuídas por Lei, com um Organograma ainda mais simples. Para tal propõe, demarcando uma posição política, relativamente ao Apoio ao Presidente da Câmara, reduzindo esses Gabinetes a dois ou três: um Gabinete de Apoio Pessoal e Apoio Jurídico; fundiria também o Gabinete de Protecção Civil com Desenvolvimento Local e todo o resto, incluindo o Turismo era retirado. Relativamente às Divisões, apresentaria um Organograma com apenas quatro Divisões. Parece-lhe que não põe em causa nem a eficiência da Câmara nem tão pouco a situação dos trabalhadores a título individual, se mantivessem uma Divisão Administrativa e Financeira numa única, acrescentando para além das propostas apresentadas, o Gabinete de Informática. Relativamente à terceira, quarta e quinta Divisões, fundi-las – ia numa Divisão chamada Divisão Educação, Cultura e Desporto porque pensa que a mais importante é a Educação. Tem dificuldade

em ver na proposta apresentada uma resposta para o exercício das competências que estão a ser transferidas, assim criaria uma Divisão em que a Educação fosse marcante. Houve alterações qualitativas, melhoramentos nos equipamentos, nomeadamente o Estádio Municipal recentemente remodelado e reconstruído. A maior parte dos equipamentos já existiam e não lhe parece que o número e a sua actividade justifiquem mais do que isto. Criaria uma terceira Divisão a que chamaria Divisão dos Assuntos Económicos e Sociais porque o desenvolvimento económico do Concelho merecia especial relevo, tendo ficado ainda mais convicto com a Exposição do Sr. Presidente da Câmara pois têm três situações: a do Aeródromo, o Loteamento Industrial na Zona do Pópulo e todo acompanhamento que será dado a empresas como a Real Companhia Velha que pretende investir no Concelho. Na parte Social incluiria a habitação social. Finalmente fundiria/manteria uma Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico, indicando que o Concelho não tem um volume de obras particulares que permitam ir além disto e uma Divisão daria perfeitamente resposta. Afirma que esta proposta não poria em causa nenhum dos objectivos que o Sr. Presidente anunciou na sua Exposição e de uma forma mais cuidada vêm no documento apresentado. Pensa que este Organograma e o Quadro subjacente serão de tal maneira “pesados”, tendo em conta o “peso” das Despesas Correntes na gestão do Município. Pensa ainda que as transferências em matéria de Educação, se a Câmara vier a receber os cento e cinquenta funcionários, os Governos só dão às Câmaras o que não lhes pode tirar, sendo provável que o que vão transferir, não será suficiente para cobrir as despesas que vão surgir com o exercício dessas competências ou a Comunidade Europeia vai continuar para além de 2013 a apoiar financeiramente, no sentido de cada vez haver um maior desenvolvimento. Se tal não se verificar, as Câmaras em geral vão ficar numa situação muito delicada. Finaliza dizendo que não está com a proposta que a Câmara apresenta. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Refere que em termos económicos houve ganho e eficácia porque também houve uma evolução. O Organograma não pode ser uma ferramenta estática, tal como já foi referido, houve muitas coisas que evoluíram no desporto, docentes, etc, logo seria falta de cuidado não ajustar esta situação e quem o faz, não faz ao gosto de todos, mas o importante é fazer sempre o melhor. Esta remodelação “deixou cair” dos Directores, substituindo-os por dois Chefes de Divisão. Pelas suas funções, os Chefes e Divisão têm uma

relação de proximidade com os funcionários, muito diferente do que teriam os Directores e se o vencimento destes é maior que o dos Chefes de Divisão, houve um ganho. Nesta reestruturação do Organograma, sentiu-se satisfeito enquanto ser humano e Socialista, pois ouviu o Sr. Presidente da Câmara dizer que era justo olhar tanto para o topo como para os que menos ganham, mas essencialmente daqueles pela evolução das suas funções estavam “tapados” e não podiam evoluir na carreira. Indica ainda que “quanto mais não fosse pelo sentido de justiça” a Bancada do partido Social Democrata mais não fará do que ser igualmente justa, votando favoravelmente este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, pontualmente dá a palavra ao Sr. Deputado Jaime Cardoso, após a ter solicitado: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO**: Indica que não teve tempo para ler a documentação recebida, restando-lhe uma dúvida aquando da intervenção do Sr. Presidente da Câmara focou a questão da água, perguntando o que fazem os funcionários que cuidavam da água, se continuam a ser funcionários da Câmara Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA**: Esclarece que quando foi assinado o protocolo entre as Águas de Trás os Montes e Alto Douro e a Câmara de Alijó, o Sr. Presidente da Assembleia estava nessa altura como Presidente da Câmara e colocaram duas hipóteses: os funcionários da Câmara que estavam a exercer essas funções podiam optar entre continuar como funcionários da Câmara ou integrar os quadros da empresa. No entanto, os funcionários preferiram continuar a integrar os quadros da Câmara Municipal, sendo reclassificados e exercendo outras funções. Indica que ainda há algumas situações de reajuste para fazer relativamente a esta matéria. Dá como exemplo o funcionário que está a dar apoio aos Srs. Vereadores, o Sr. Eusébio, que estava na ETA, assim como o Agostinho que também exercia funções na ETA e foi colocado nas Piscinas Municipais. Relativamente ao Organograma da Câmara, refere que cada um procura adequar-se às funções, mas quando horizontalizaram o Organograma foi com aquele objectivo. Quanto aos gabinetes que estão na dependência directa do Presidente da Câmara, esclarece que muitos deles, não trabalham directamente com o Presidente da Câmara, mas têm a ver com as tais matérias que são transversais e que em termos orgânicos era complicado estar encaixados numa só Divisão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de aprovação da Proposta de Alteração à Estrutura orgânica, Regulamento e Mapa de Pessoal do Município*”, sendo aprovado por maioria com 27 votos a favor, 03 votos contra e 03 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----